

MINISTRO DA ECONOMIA E PLANEAMENTO DE ANGOLA EM ENTREVISTA À "VIDA ECONÓMICA"

## Angola "abraça" a nova Câmara de Agricultura Luso-Angolana

Págs. II e III



### Entrevista

NUNO VIEIRA E BRITO, EX-SECRETÁRIO DE ESTADO DA ALIMENTAÇÃO E DA INVESTIGAÇÃO AGROALIMENTAR

**"Separar saúde de bem-estar [animal] é um erro político, técnico e científico"**

Pág. V

### Destaques

PRESIDENTE DA CASA DO DOURO QUER "AUMENTO SUSTENTADO DAS VENDAS DE VINHO DO PORTO"

**Reserva Qualitativa no Douro "não é remédio repetível nos próximos anos"**

Pág. VI

**Frulact amplia fábrica do Canadá**

Pág. VII

MINISTRO DA ECONOMIA E PLANEAMENTO DE ANGOLA EM ENTREVISTA À “VIDA ECONÓMICA”

# Angola “abraça” a nova Câmara de Agricultura Luso-Angolana

Num momento em que, “no mundo, os países parecem isolar-se”, a nova Câmara de Agricultura Luso-Angolana (CLAA), acabada de criar, “surge num momento muito bom”, garante o ministro da Economia e Planeamento de Angola. Num exclusivo à “Vida Económica” por telefone a partir de Luanda, Sérgio dos Santos, em funções desde janeiro, diz que a posição do Governo angolano é, “logicamente, abraçar todas as iniciativas e, muito mais, entre empresários angolanos e portugueses”.  
Realçando as “relações históricas” entre os dois países, o governante não tem dúvidas de que “Portugal conhece muito bem Angola e, numa situação em que precisamos de investidores, os investidores portugueses são muito bem-vindos”.  
E Angola está a apostar forte na agricultura. Entre os vários programas de incentivos, está em preparação o Projeto de Desenvolvimento da Agricultura Comercial. “No total, os fundos chegam a cerca de 200 milhões de euros” para apoiar o investimento no setor.



Sérgio dos Santos, ministro da Economia e Planeamento de Angola.

TERESA SILVEIRA  
teresasilveira@vidaeconomica.pt

**Vida Económica – Acaba de ser constituída a Câmara de Agricultura Luso-Angolana (CLAA). Que projeto é este?**

Sérgio dos Santos – Eu não tenho grandes informações. Estou em contacto com os cooperantes da iniciativa. Dizem que a perspectiva é arrancar o quanto antes. A nossa posição, enquanto Ministério da Economia e Planeamento, é, logicamente, abraçar todas as iniciativas e, muito mais, entre empresários angolanos e portugueses. Por causa das nossas relações históricas, mas, também, porque Portugal conhece muito bem Angola e, numa situação em que precisamos de investidores, os investidores portugueses são muito bem-vindos. Os investidores, os fornecedores, os clientes, enfim, Portugal e Angola estão muito ligados e por isso fazemos questão que essas estruturas entre os empresários vingam.

**VE – A agricultura é um setor no qual Angola está agora a apostar em força. Não é assim?**

SdS – A agricultura, no nosso contexto nacional, tem um peso em termos de estrutura do Produto Interno Bruto de 5% e é um fator de alavanca da nossa indústria, que também tem um peso pequeno, de 4,5%. Nós ainda temos a maior parte da nossa economia, da nossa atividade produtiva, justificada em termos de volume e também de valor no setor petrolífero. Mas, com sabe, o setor petrolífero é muito volátil, empre-

ga poucas pessoas, porque é intensivo em capital. E é perfeitamente normal para um país com tanta terra arável [cerca de 58 milhões de hectares] e tanta água que a agricultura e a indústria sejam as principais opções de desenvolvimento, porque vão propiciar emprego e estabilidade para as pessoas. Desde logo a segurança alimentar, que é muito importante.

**VE – As bases para a criação desta Câmara de Agricultura Luso-Angolana foram lançadas pelo ex-ministro**

**“A agricultura, no nosso contexto nacional, tem um peso em termos de estrutura do PIB de 5% e é um fator de alavanca da nossa indústria, que também tem um peso pequeno, de 4,5%”**

**da Agricultura português, Capoulas dos Santos, durante a visita oficial do Primeiro-Ministro António Costa a Luanda, em setembro de 2018. A Comissão Instaladora diz que foi criado um fundo de 60 milhões de euros disponibilizados pela União Europeia, em que 48 milhões são especificamente dirigidos a projetos agrícolas. Tem conhecimento deste fundo e de como vai ser gerido?**

SdS – Não, não tenho. Nós temos várias iniciativas com a União Europeia e, no domínio da agricultura, devo dizer que temos iniciativas com membros da União Europeia, como França e a Alemanha. Esses mecanismos ligados a financiamentos que depois suportam

projetos privados não carecem muito da nossa intervenção como Governo. No entanto, também temos mecanismos de financiamento para a agricultura, com o envolvimento do Governo. Temos o Compacto Lusófono [entre o BAfD - Banco Africano de Desenvolvimento, Portugal e os PALOP – países africanos de língua oficial portuguesa], que é um mecanismo com o Banco Africano de Desenvolvimento, que envolve o Governo português, o Governo angolano e, no que diz respeito ao Compacto Lusófono, estamos a pensar [a sua

aplicação] quer para a agricultura, quer para a indústria. Finalmente, temos aqui no Ministério da Economia e Planeamento um projeto muito interessante para a exportação de café e de frutas com a União Europeia. Em uma componente mais humilde, mais pequena, de cerca de quatro milhões de euros, que visa apoiar a elaboração de projetos e estudos. Havendo este cruzamento de iniciativas, temos a certeza que os empresários angolanos e portugueses podem ter vários apoios para estreitar parcerias.

**VE – Portanto, o Governo angolano disponibiliza apoios para o desenvolvimento de projetos agrícolas e**

**também para apoio à exportação de produtos alimentares angolanos para a União Europeia e, concretamente, para Portugal. É assim?**

SdS – Nós temos algumas questões que ainda têm de ser resolvidas, nomeadamente o tema da qualidade. Precisamos resolver questões ligadas às normas exigidas para a exportação para a União Europeia, nomeadamente para Portugal. E o apoio que tem de ser dado aos empresários é que melhorem na sua formulação, para terem uma entrada no mercado de acordo com essas regras.

**VE – Regras sanitárias, de qualidade?**

SdS – Regras em termos de qualidade, também de gestão das empresas, para que sejam empresas com certificação em termos contabilísticos, operacionais, mas que os produtos também tenham o reconhecimento laboratorial que se exige.

**VE – E o Governo dará apoios aos empresários para melhorarem estas certificações?**

SdS – Pois. É nesse contexto que se insere o apoio que a União Europeia presta ao Governo de Angola. Os fundos de quatro milhões são fundamentalmente para permitir o quadro do cumprimento em termos de qualidade para as normas de exportação para a União Europeia. E esse apoio que a União Europeia nos dá é fundamental.

**VE – E estamos a falar de que montante financeiro?**

SdS – Num programa concreto que estamos a implementar – e estamos a

falar de café, em concreto, e também de frutas tropicais –, estamos a falar de um pacote de 20 milhões de euros, em várias componentes.

**VE – E este apoio de 20 milhões já está disponível?**

SdS – Os 20 milhões de euros são para apoio orçamental, portanto para programas do Governo, concretos, virados para a intervenção em termos de fomento empresarial. São fundos que deverão ser executados no âmbito do 10º FED [Fundo Europeu de Desenvolvimento], que durante dois anos vão estar disponíveis em várias “tranches” e nas várias componentes. Componentes ligadas com o tema de que acabámos de falar, a certificação dos exportadores, o recenseamento dos exportadores, o fortalecimento, a capacitação institucional dos nossos institutos que cuidam das componentes de produção de café e intervenção no domínio do suporte de extensão produtiva para as frutas. São várias componentes. Estes são fundos para despesas orçamentais.

Mas também – dizia – existem fundos que estão ligados para o investimento privado. E aí temos um projeto, com a participação da Agência Francesa de Desenvolvimento e do Banco Mundial, um pacote que tem doações mistas para financiar o setor privado no domínio da agricultura. E, aí, estamos a falar de um pacote mais vasto, de 78 milhões de euros. Está em fase de estruturação. As operações com os bancos em Angola, a estruturação dos planos de finan-

**O Projeto de Desenvolvimento da Agricultura Comercial vai estar disponível em oito das 18 províncias de Angola nos próximos tempos. Tem uma componente pública de cerca de 122 milhões de euros. No total, os fundos chegam a cerca de 200 milhões de euros.**

ciamento, etc, muito brevemente vão ficar disponíveis. Este projeto chama-se Projeto de Desenvolvimento da Agricultura Comercial e que vai estar disponível em oito das 18 províncias de Angola nos próximos tempos. Tem também uma componente pública. No total, os fundos chegam a cerca de 200 milhões de euros. Há também uma envolvente de serviços de investimento público – melhoria de estradas, intervenção no domínio da irrigação, enfim... – e uma componente privada, que é esta que acabei de descrever, de 78 milhões de euros. A componente pública é a diferença para os 200 milhões, ou seja, cerca de 122 milhões de euros.

**VE – Quando diz que a estruturação dos planos de financiamento com a banca estarão disponíveis muito brevemente, significa quando?**

SdS – Estamos a falar de 2020/2021.

**VE – Tem alguma estimativa de quando o setor agrícola em Angola poderá crescer fruto da concretização destes investimentos?**

SdS – É muito difícil fazer esse cálculo

agora, porque não temos ainda a perspetiva dos projetos privados que podem ser alavancados. A equipa do projeto, liderada pelo Ministério da Agricultura, está agora a desenhar a fase final, que vai ser a fase de execução dos financiamentos e, por aí, nós vamos ter uma ideia. Mas pensamos que 200 milhões de euros investidos na agricultura poderão, sim, trazer um crescimento do volume de produção agrícola. É tudo uma questão de ver no concreto como esses projetos que estão a ser concebidos vão ser aplicados.

**VE – Voltando à Câmara de Agricultura Luso-Angolana, percebi que tem uma expectativa positiva em relação à sua criação. Crê que pode ser a alavanca do reforço das relações comerciais entre Portugal e Angola, concretamente no domínio da agricultura, e ao fomento do investimento português em Angola?**

SdS – Sim, eu considero que este tipo de iniciativas são as que nós precisamos de ver acontecer entre empresários portugueses e angolanos. Nós temos de criar uma sinergia muito gran-

de para que o investimento português se faça e se sinta bem em Angola e – porque não? – o investimento angolano também se faça e se sinta bem em Portugal. Sempre fomos países muito complementares, um e outro, e penso que os empresários devem assumir este papel de ligar – continuar a ligar, porque já estão ligados – os povos e também a produção. Muita da nossa indústria e da nossa agricultura pode beneficiar dos avanços que Portugal tem. Nomeadamente no domínio da tecnologia, Portugal situa-se bem na Europa. De resto, nós temos na nossa indústria de bebidas uma grande intervenção, equipamento que é desenhado e concebido em Portugal, e podemos contar com Portugal na parte da agroindústria. Como também podemos contar com os quadros, que conhecem bem a agronomia e podem ajudar nos desafios que Angola tem. Por outro lado, a presença em Portugal de produtos que só nós temos em Angola, produtos tropicais, faz a diferença, completamente, incluindo na Europa.

**VE – Está otimista quanto à criação desta Câmara?**

SdS – Sim. E muito mais quando esta iniciativa surge num momento em que, no mundo, os países parecem isolar-se. É importante que a resposta a esta crise tenha um sentido diferente. Temos de garantir que a globalização não recue. Temos de fazer com que as pessoas estejam mais próximas. Esta iniciativa surge num momento muito bom.

## CLAA: “fomento das relações comerciais entre empresas portuguesas e angolanas”

O desafio tinha sido lançado pelo ex-ministro português da Agricultura, Capoulas dos Santos, durante a visita oficial do Primeiro-Ministro António Costa a Luanda, em setembro de 2018. Dois anos volvidos, os empresários dos dois países juntaram-se com os objetivos de manter a cooperação e fomentar a relação bilateral no sentido do estabelecimento de parcerias estratégicas no setor agrícola, criando a Câmara de Agricultura Luso-Angolana (CLAA – <http://www.cciportugal-angola.pt/>). Fausto Rodrigues é o fundador da comissão instaladora da Câmara.

A CLAA terá como principal atividade “o fomento das relações comerciais entre empresas portuguesas e angolanas, numa altura em que a agricultura se tornou numa prioridade na cooperação bilateral”, assume a Câmara numa comunicação enviada à “Vida Económica”. O objetivo é “reforçar a agricultura familiar e reduzir a fome em Angola, principalmente nas províncias do Sul – Namibe, Cunene e Kwanza Sul –, muito afetadas pela seca”.



À “Vida Económica”, Teresa Margarida Freitas, colaboradora da CLAA, revelou que a apresentação da Câmara em Portugal será feita “na próxima semana, 7 de setembro, em Montemor-o-Velho”, explicando que estão envolvidas “várias associações portuguesas” ligadas ao agroalimentar, entre elas a Portugal

Fresh, a Portugal Foods e os clusters InovCluster e AgroCluster do Ribatejo (Nersant).

**Portugal Fresh e InovCluster desconhecem CLAA**

A “Vida Económica” questionou Gon-

çalo Andrade, presidente da Portugal Fresh, que apenas disse que “vamos ter uma reunião para conhecer o projeto, mas não estamos envolvidos”.

Também a coordenadora executiva da InovCluster negou qualquer contacto com a recém-criada CLAA. “Não, não estamos envolvidos. Só se for uma pretensão deles. Ainda não entraram em contacto connosco. Nunca ouvi falar. Vejo agora que foi criada a 30 de julho”, disse à “Vida Económica” Natácha Pinto. Referiu, aliás, que “Angola é um mercado com o qual não temos grande ligação em exportação, nem é um mercado-alvo das nossas empresas”.

Certo é que no website da CLAA são já dezenas as empresas que constam como associadas, entre elas muitas portuguesas. Desde bancos – CGD, BPI, Millennium BCP, Novo Banco – a empresas do agroalimentar – Cerealis, Sumol+Compal, Vieira de Castro, Ramirez, Sicasal, Sovena –, muitas são as organizações portuguesas já associadas à estrutura.

# Mudança de tutela política dos animais de companhia para o Ministério do Ambiente pode "revelar-se gravemente danosa"

"A produção e a detenção animal deverá estar sob a alçada do ministério e da entidade que tem competências técnicas para garantir o cumprimento da legislação em vigor e assegurar o bem-estar dos animais", defende Ana Sofia Santos, presidente da Associação Portuguesa de Engenharia Zootécnica (APEZ).

Em entrevista à "Vida Económica", alerta que a mudança de tutela política do Ministério da Agricultura (Direção-Geral de Alimentação e Veterinária - DGAV) para o Ministério do Ambiente e Ação Climática "poderá revelar-se gravemente danosa, devido à perda do conhecimento e experiência dos profissionais que estão na DGAV". Não falando no "esvaziamento do Ministério da Agricultura", que tem, "infelizmente, sido uma constante".



Ana Sofia Santos, presidente da Associação Portuguesa de Engenharia Zootécnica (APEZ), avisa que "o esvaziamento do Ministério da Agricultura tem, infelizmente, sido uma constante".

meios humanos e materiais. O provimento desses meios deveria ser a prioridade, para permitir uma ação mais eficaz, não a retirada de competências. Existem vários profissionais que têm competências e que desempenham um papel fulcral no panorama da proteção e bem-estar animal, em todas as suas vertentes, como profundos conhecedores do comportamento e necessidades dos animais. Entre eles, os engenheiros zootécnicos, que integram, apesar de em número manifestamente insuficiente, os quadros da DGAV. O reforço destes profissionais deveria ser uma prioridade.

**VE - Que consequências podem advir dessa mudança da tutela política dos animais de companhia?**

**"Engenheiros zootécnicos integram, apesar de em número manifestamente insuficiente, os quadros da DGAV. O reforço destes profissionais deveria ser uma prioridade"**

animais. Na nossa opinião, essas entidades são o Ministério da Agricultura e a Direção-Geral de Alimentação e Veterinária que, tal como as entidades antecessoras Direção-Geral dos Serviços Pecuários e Direção-Geral de Veterinária, tem vindo, ao longo dos anos, a atualizar as normas de bem-estar animal. E tem contribuído, na sua atuação, para uma melhoria significativa no controlo e fiscalização do cumprimento das mesmas, tanto nas espécies domésticas como pecuárias. O seu trabalho só não foi mais longe por manifestar falta de

**ASS - Esta mudança poderá revelar-se gravemente danosa, devido à perda do conhecimento e experiência dos profissionais que estão na DGAV. Para além da separação de outras áreas fundamentais para os animais de companhia e de produção (entre outras, higiene e sanidade, identificação e registo, conservação e melhoramento), por forma a garantir precisamente as condições de bem-estar dos mesmos. A garantia das condições de bem-estar animal e de saúde pública só pode ser realizada através de uma análise integrada, feita por equipas**

multidisciplinares e nunca de forma parcelar.

**VE - O ministro do Ambiente, João Pedro Matos Fernandes, indicou, entretanto, a professora e antiga bastonária da Ordem dos Médicos Veterinários Laurentina Pedrosa como Provedora do Animal.**

**ASS - A criação de uma provedoria do animal, num ministério que não tem manifestamente quadros técnicos com experiência e competências profissionais na área, é não só desdobramento financeiro como uma perda significativa de tempo, conhecimento adquirido e duplicação de competências.**

**VE - Receia pelo desmembramento da DGAV e do Ministério da Agricultura, como tem sido dito por múltiplas personalidades ligadas ao Agroalimentar?**

**ASS - O esvaziamento do Ministério da Agricultura tem, infelizmente, sido uma constante. Vemos com preocupação esta realidade. A passagem das Florestas para o Ministério do Ambiente foi o primeiro desses sinais, colocando em causa a eficiência e coordenação de um setor que, na sua maioria, é agro-silvo-pastoril. O mesmo se repete agora com a mudança dos animais de companhia. É um sinal político de desvalorização do setor primário e de perda de influência política. Pode-se argumentar que os animais de companhia não têm ou não devem estar sob alçada da agricultura... a definição de animal de companhia poderá, se assim se quiser, ser bastante ambígua. Neste sentido, esta passagem abre, na nossa opinião, um precedente preocupante.**

## DGAV gere orçamento anual de mais de 72,4 milhões e "vai manter-se na tutela do Ministério da Agricultura"



Ministra da Agricultura, Maria do Céu Antunes.

TERESA SILVEIRA  
teresasilveira@vidaeconomica.pt

**A** Direção-Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV) funciona com um orçamento anual de mais de 72,4 milhões de euros (72.484.534 euros para 2020), tem nos seus quadros 536 técnicos superiores (nos quais não estão incluídos os médicos veterinários municipais) e "vai manter-se na tutela do Ministério da Agricultura", garantiu a ministra da Agricultura, Maria do Céu Antunes, em resposta às questões colocadas pela "Vida Económica".

"Certamente que sim", reforça a governante quanto à permanência daquela estrutura na sua alçada, não se alargando, porém, em comentários quanto à nova solução - mudança de tutela política dos animais de companhia do Ministério da Agricultura (DGAV) para o Ministério do Ambiente e Ação Climática.

"Considerando que o assunto está a ser alvo de adequada análise e que a mesma ainda decorre, é prematuro anunciar a data em que a nova solução estará implementada", diz.

Uma coisa é certa para Maria do Céu Antunes: "O papel desta instituição deve sair reforçado, no que respeita às competências que lhe são reconhecidas em matéria de saúde e proteção animal e vegetal". A ministra argumenta dizendo que "esta decisão encontra total alinhamento na estratégia comunitária do Prado ao Prato, na perspetiva das novas políticas de sustentabilidade do sistema alimentar ("The European Green Deal"), assegurando e reforçando o papel da DGAV nos controlos oficiais de toda a cadeia agroalimentar, incluindo alimentação

animal e autorização e utilização de produtos fitofármacos e de medicamentos veterinários".

A "Vida Económica" questionou a ministra sobre se não teme uma desagregação de competências, de 'know-how' e de relevância da DGAV. Maria do Céu Antunes não comenta. Apenas refere que, "atualmente, esta matéria [animais de companhia] merece a intervenção de várias autoridades competentes, sendo a DGAV uma dessas entidades". E faz questão de sublinhar "as competências próprias que estão reconhecidas às câmaras municipais quando estamos a abordar a temática relativa aos animais errantes, uma vez que os procedimentos inerentes à sua captura e recolha é da sua total responsabilidade", sendo que a mesma situação é aplicável nos casos de animais agressores ou objeto de intervenção compulsiva".

Esta atuação, diz a ministra da Agricultura, "justifica-se por razões de saúde pública, de segurança e de tranquilidade de pessoas e outros animais, e, ainda, de segurança de bens".

Por outro lado, "as normas de boas práticas para a captura de animais de companhia são emanadas pela DGAV", refere Maria do Céu Antunes, explicando que "à DGAV está reconhecido o papel de entidade reguladora no que se refere às políticas de saúde e bem-estar animal, pretendendo-se que se mantenha como tal, também por força dos normativos internacionais vigentes, explanados quer pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) quer pelas instituições europeias".

## "Separar saúde de bem-estar [animal] é um erro político, técnico e científico"

**A mudança de tutela política dos animais de companhia do Ministério da Agricultura (Direção-Geral de Alimentação e Veterinária - DGAV) para o Ministério do Ambiente e Ação Climática "é um erro, mais que político, técnico e científico". E "um erro" que se "agrava quando se segrega os outros animais que não de companhia, contrariando todos os postulados relevantes em Saúde Pública". A afirmação é do ex-secretário de Estado da Alimentação e da Investigação Agroalimentar. Em entrevista à "Vida Económica", Nuno Vieira e Brito teme pelo "desmembramento do Ministério da Agricultura" e não tem dúvidas que esta decisão política provocará "bicefalia de responsabilidades e competências, descoordenação e burocracia, maiores necessidades de recursos pela duplicação de tarefas".**

TERESA SILVEIRA  
teresasilveira@vidaeconomica.pt

**Vida Económica - Faz sentido mudança de tutela política dos animais de companhia do Ministério da Agricultura (DGAV) para o Ministério do Ambiente?**

**Nuno Vieira e Brito - Tem-se constatado, em momentos de crise como o atual de pandemia, que as respostas a crises sanitárias funcionam de forma mais eficaz quando existe maior responsabilidade, coordenação e um menor número de intervenientes. Separar saúde de bem-estar é um erro, mais que político, técnico e científico. Que apenas se agrava quando se segrega os outros animais que não de companhia, contrariando todos os postulados relevantes em Saúde Pública, nomeadamente da interação entre as diferentes espécies animais e, mesmo, o Homem.**

Espero, profundamente, que não se concretize (mesmo porque não reconheço capacidade técnica no Ambiente para assumir estas competências) e estou seguro que, caso ocorra, e mal se constate o erro, este seja rapidamente reversível.



Nuno Vieira e Brito, ex-secretário de Estado da Alimentação e da Investigação Agroalimentar, diz que a DGAV "teve um percurso globalmente positivo, apesar de um manifesto subfinanciamento para todas as suas áreas de intervenção".

**VE - O ministro do Ambiente, João Pedro Matos Fernandes, indicou, entretanto, a professora e antiga bastonária da Ordem dos Médicos Veterinários Laurentina Pedrosa como Provedora do Animal.**

**NVB - Considero positivo uma Prove-**

**Mudança de tutela política provocará "bicefalia de responsabilidades e competências, descoordenação e burocracia, maiores necessidades de recursos pela duplicação de tarefas e uma imagem internacional diminuída e incompreendida"**

doria do Animal, com funções de acompanhamento, que deveria estar incorporada em ministérios políticos (como o da Presidência) ou, em caso de áreas técnicas, na Justiça ou Agricultura. No Ambiente, é inexplicável e incompreensível.

**VE - Que consequências podem advir dessa mudança de tutela política dos animais de companhia?**

**NVB - O Ministério do Ambiente tem já agregado algumas competências do Ministério da Agricultura, como as Florestas, sem uma nítida diferenciação de políticas e ações que permitam valorizar positivamente esta opção. Pretende, agora, agregar outra área, para a qual não tem sensibilidade e se afigura, dentro do Ministério (infelizmente), como menor, dado o peso do setor energético e as políticas de alterações climáticas. Provocará esta mudança, no entanto, bicefalia de res-**

pensabilidades e competências, descoordenação e burocracia, maiores necessidades de recursos pela duplicação de tarefas e uma imagem internacional diminuída e incompreendida.

**VE - Receia pelo desmembramento da DGAV e do Ministério da Agricultura, como tem sido dito por múltiplas personalidades ligadas ao Agroalimentar?**

**NVB - A DGAV foi constituída em 2012, no seguimento das boas práticas internacionais que os nossos parceiros comunitários apresentavam.**

Juntando áreas técnicas distintas que necessitavam de se conhecer e respeitar, [a DGAV] teve um percurso globalmente positivo, apesar de um manifesto subfinanciamento para todas as suas áreas de intervenção. Reforçar e não desmembrar deverá ser a política a seguir, esperando que cada Governo não pretenda deixar história (mesmo que triste) nas sucessivas alterações de diplomas. Dar tempo e meios

será, sim, o desafio que a todos deveria unir, numa estratégia inteligente de recursos e valorização técnica e pessoal.

Mais que o desmembramento do Ministério da Agricultura, a sua enorme perda de influência é uma preocupação constante. Somos um país com uma ele-

vada ocupação de território em meio rural (+ 80%), profundamente desertificado, que necessita de políticas fortes que combatam este imenso desequilíbrio. E estas passam, necessariamente, pela Agricultura. E o sentido que constatamos é precisamente o inverso - as Florestas no Ambiente; a Alimentação e a Internacionalização (que tanto me ocuparam) na Economia Negócios Estrangeiros, AICEP; os Fundos, no Ministério da Coesão; até os animais, a sua saúde e bem-estar, no Ambiente. Um Ministério só se justifica (alguns países integram a Agricultura em ministérios da área económica) se tiver políticas estruturantes, recursos para as executar e dirigentes com dimensão política e/ou técnica que as permitam implementar. Estou muito ansioso que tal aconteça, para bem de Portugal e de todos nós que vivemos no mundo rural.

PRESIDENTE DA CASA DO DOURO QUER "AUMENTO SUSTENTADO DAS VENDAS DE VINHO DO PORTO

# Reserva Qualitativa no Douro "não é remédio repetível nos próximos anos"

TERESA SILVEIRA  
teresasilveira@vidaeconomica.pt

**A Região Demarcada do Douro (RDD) "está a produzir, neste momento, um excedente de 10 mil pipas de vinho do Porto para o introduzir no mercado aos poucos nos próximos dez anos, esperando que este venha a estabilizar e recuperar", afirma o presidente da Casa do Douro/Federação Renovação do Douro (CD/FRD). Em entrevista à "Vida Económica", António Lencastre diz que a criação da Reserva Qualitativa para a região "não é mais do que um amortecedor para impedir uma quebra abrupta de rendimento dos viticultores". Não é, porém, um "remédio repetível nos próximos anos". Para o também produtor e engarrafador de vinho do Porto, "a saída segura passa por conseguir um aumento sustentado das vendas de vinho do Porto em quantidade e valor". E, para isso, "é necessário investir mais e melhor em promoção".**

**Vida Económica - Sabe quantas empresas vão ser abrangidas pela Reserva Qualitativa?**

**António Lencastre** - A Reserva Qualitativa pode ser comparada ao benefício, pois é, de facto, uma autorização dada ao viticultor para produzir mosto a beneficiar destinado a Reserva Qualitativa. Por isso abrange todos os viticultores que têm direito a benefício, todas as cooperativas, todos os produtores engarrafadores e todos os comerciantes de vinho do Porto que desejem fazer esse investimento. Para que todos ficassem em igualdade de condições, permitiu-se a utilização dos certificados de existência de vinho do Porto, em Reserva Qualitativa, como instrumento de garantia do IVDP [Instituto dos Vinhos do Douro e Porto], para dar cobertura a operações de financiamento para constituir uma Reserva Qualitativa.

**VE - A Casa do Douro foi informada sobre como vai ser feito o cálculo do número de pipas/litros de mosto por empresa?**

**AL** - Essa conta não faz sentido, pois o processo decorre de forma diferente. A cada viticultor é atribuída uma autorização de produção do mosto apto a vinho



**Reserva Qualitativa para o Douro vai ter dotação orçamental máxima de cinco milhões de euros, a suportar pelo orçamento do IVDP, e apoiar 10 mil pipas de 550 litros de mosto**

do Porto, do qual 89,1% destina-se ao benefício normal e 10,9% é destinado à Reserva Qualitativa. O viticultor de posse dessa autorização pode ficar com ela e produzir o seu próprio vinho de reserva qualitativa, ou poderá entregá-la a uma empresa comerciante de vinho do Porto. Em todos os casos, tudo se assemelha a um benefício normal. A Casa do Douro/Federação Renovação do Douro e o Conselho Interprofissional [do IVDP] foram os mentores desta solução.

**VE - Quando deverá ser pago esse apoio às empresas? No final da vindima?**

**AL** - O apoio de 500 euros/pipa de mosto a beneficiar será pago a quem constituir a Reserva Qualitativa, o que será expresso na declaração de colheita e produção de 2020. As uvas destinadas a Reserva Qualitativa vendidas a terceiros deverão estar pagas ao viticultor até 15 de dezembro de 2020. Dessa forma, quem constituir uma reserva qualitativa receberá o apoio até 31 de dezembro de 2020. Quem optar por fazer a sua própria reserva qualitativa, o que incluir também as cooperativas, receberá o seu apoio até 31 de dezembro de 2020.

**VE - E como é que dinheiro vai chegar aos produtores?**

**AL** - Para os viticultores, o recebimento dos valores referentes às uvas vendidas destinadas a Reserva Qualitativa será processado de forma idêntica ao benefício, via conta de produtores do IVDP, com a diferença de que terá que estar pago até 15 de dezembro 2020, para que, quem constituir a Reserva Qualitativa, possa receber o respetivo apoio. O

valor indicativo, prometido pelo comércio, para aquisição das uvas da Reserva Qualitativa deverá ser idêntico ao do restante benefício e próximo dos valores do ano passado.

**VE - A criação desta Reserva vai resolver o problema?**

**AL** - A crise criada pelo Covid-19 está instalada, para durar, é transversal a todos os setores de atividade, e não há instrumentos que a façam desaparecer como num passe de mágica. Quando concebemos a Reserva Qualitativa tivemos a intenção de amenizar a quebra de receita face à expectável diminuição de benefício em 2020. Esta estratégia teria ainda a bondade de, como efeito colateral, retirar uvas destinadas a DOC Douro diminuindo excedentes e desestimulando a quebra de preços.

Mas, de qualquer forma, a RDD está a produzir, neste momento, um excedente de 10 mil pipas de vinho do Porto para o introduzir no mercado aos poucos nos próximos dez anos, esperando que este se venha a estabilizar e recuperar. Por isso, a Reserva Qualitativa não é mais do que um amortecedor para impedir uma quebra abrupta de rendimento dos viticultores, mas não é remédio repetível nos próximos anos. A saída segura passa por conseguir um aumento sustentado das vendas de vinho do Porto em quantidade e valor, e para isso é necessário investir mais e melhor em promoção. Neste momento, gostaríamos de ver cumprida a promessa do comércio de garantir a compra, até 15 de janeiro 2020, das 102 mil pipas de mosto generoso autorizadas para a vindima de 2020.

## Miguel Anaya demite-se da Casa do Douro

TERESA SILVEIRA  
teresasilveira@vidaeconomica.pt

**M**iguel Anaya, vice-presidente da Casa do Douro/Federação Renovação do Douro, demitiu-se a 7 de agosto das suas funções, revelou o próprio à "Vida Económica".

Numa comunicação enviada ao presidente da Mesa da Assembleia Geral da Federação, Miguel Anaya alegou que, "ao longo dos últimos quatro meses, reiterei sucessivamente à Direção que, encontrando-nos nós em ano eleitoral, se dispusesse a antecipar as eleições para antes da campanha de vindimas de 2020 ou que apresentasse a sua demissão em bloco no intuito de regenerar uma direção gasta e isolada e alcançar uma nova legitimidade que só o voto democrático dos associados pode atribuir".

Miguel Anaya considera ainda que "este projeto diretivo encontra-se esgotado e eivado de irregularidades e disfuncionalidades". Entre elas, o facto de a FRD se encontrar "numa situação financeira e económica não só de extrema debilidade, com um passivo acumulado de mais de uma centena de milhar de euros, mas, essencialmente, não tem forma de se dotar de qualquer tipo de financiamento ou ajuda para ultrapassar esta situação deficitária".

Além do mais, diz, "encontra-se em falta com vários meses de salários aos seus trabalhadores", encontrando-se ainda "com os seus serviços por liquidar e em regime de cessação, como o são a energia elétrica, o clipping, etc".

Por outro lado, "os seus associados não se encontram dispostos a contribuir para esta Federação na atual composição diretiva - uns porque, na realidade, não podem, outros porque, deliberadamente, não querem ou entendem não dever -, porquanto, apesar de várias deliberações em assembleias gerais, a Direção nunca se aproximou dos seus associados e, inclusivamente, até se afastou, exercendo um mandato isolado dos seus federados e apoiando-se unicamente num grupo de 'yes men'", lê-se na comunicação de Miguel Anaya, a que a "Vida Económica" teve acesso.

Além destes argumentos, o também jurista discorda "do apoio da Federação Renovação do Douro/Casa do Douro ao vogal da Direção, Dr. Leandro Macedo, enquanto titular de um movimento que já se declarou ir concorrer às eleições para a Casa do Douro preconizadas pela Lei da esquerda parlamentar se e quando tal processo eleitoral ocorrer". E para Miguel Anaya não há dúvidas: "o Dr. Leandro, bem assim como um outro candidato integrador da Direção, o Eng.º Viana, NÃO PODEM estar nos órgãos sociais da Direção enquanto candidatos à dita Nova Casa do Douro, porquanto existe um notório conflito de interesses".

## "Sérios riscos" de sanidade vegetal com sementes enviadas pelo correio



TERESA SILVEIRA  
teresasilveira@vidaeconomica.pt

O Ministério da Agricultura lançou um alerta para "o envio, por via postal, de pequenos pacotes de sementes, não solicitados, provenientes de países asiáticos". Diz o Ministério tutelado por Maria do Céu Antunes que "esta situação está também a ser reportada em vários países da União Europeia e por países terceiros".

De acordo com o comunicado divulgado esta terça-feira, "as embalagens não estão identificadas como contendo sementes e, para além das sementes de várias espécies vegetais, constatou-se que estas poderão ainda conter solo, larvas mortas ou, ainda, estruturas de fungos".

Acresce que "nenhuma destas embalagens vem acompanhada de Certificado Fitossanitário", que é o documento que atesta o cumprimento de exigências fitossanitárias do país. Ora, para o Ministério da Agricultura, tal "acarreta sérios riscos do ponto de vista da sanidade vegetal, pela possibilidade de veicularem pragas e doenças ou ainda pelo perigo de se tratarem de espécies nocivas ou invasoras".

A "Vida Económica" constatou a publicação de várias notícias internacionais relacionadas com este assunto, nomeadamente no Brasil e nos Estados Unidos, relatando depoimentos de cidadãos de vários estados americanos que garantem ter recebido pacotes não solicitados de sementes oriundos da China. Em quatro desses estados, autoridades locais terão já emitido comunicados a alertar para a situação, sendo que os departamentos de agricultura de Washington, Louisiana, Kansas e da Virgínia terão confirmado o recebimento desses pacotes por cidadãos dessas regiões.

O Ministério da Agricultura de Portugal "solicita a todos os que recebam embalagens de sementes não solicitadas que não as semeiem, nem as coloquem no lixo", mas que "as mesmas sejam entregues num serviço regional da Direção-Geral de Alimentação e Veterinária ou numa Direção Regional de Agricultura e Pescas".

Caso não seja possível a entrega em mãos, o Ministério de Maria do Céu Antunes pede "que estas sementes sejam enviadas, com a embalagem original, incluindo a etiqueta de expedição", para a Direção-Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV, Campo Grande 50 - 1700-093 Lisboa), devendo ser indicado um contacto tendo em conta a eventual necessidade de recolha de esclarecimentos adicionais.

# Frulact amplia fábrica do Canadá

TERESA SILVEIRA  
teresasilveira@vidaeconomica.pt

Estava prevista para 2019, mas arranca na próxima semana, "dia 8 de setembro" de 2020, a construção da ampliação da unidade industrial que a Frulact detém em Kingston, Ontário, no leste do Canadá, inaugurada pelo Primeiro-Ministro português, António Costa, em maio de 2018. A informação foi confirmada à "Vida Económica" por João Miranda, que é agora o chairman da empresa, após a alienação da companhia em janeiro último ao fundo de capital de risco Ardian.

Além dos 20 milhões de euros de investimento inicial, a empresa da Maia anunciou, à data da inauguração, o investimento de mais seis milhões de euros no reforço da capacidade de produção.

Agora, em declarações à "Vida Económica", João Miranda não adianta o montante financeiro associado a essa operação – "manteremos o montante de investimento por revelar" –, mas assume que vão "recrutar mais pessoas". Isto, embora o número de colaboradores a contratar não seja divulgado. Em 2018, o então CEO da Frulact disse à "Vida Económica" em Kingston que o objetivo era "alargar o número de colaboradores para 75". "A Frulact Canada emprega atualmente cerca de 55 pessoas", revela agora o gestor.

**"Esta expansão já estava pensada e, inclusive, projetada e a operação [de aquisição do portefólio de clientes] da Sensient Technologies Corporation confirma a decisão de expansão". Os trabalhos estarão concluídos no "terceiro trimestre de 2021"**

O Governo canadiano apoiou o investimento inicial da Frulact no país com 3,9 milhões de euros (seis milhões de dólares canadianos), através da Agência Federal para o Desenvolvimento Económico para o Sul do Ontário 'FedDev Ontario' e do Fundo de Desenvolvimento do Este de Ontário.

Tratava-se da oitava fábrica da Frulact em 30 anos de atividade. Dois anos depois dessa inauguração, a empresa já leva mais de 32 anos de operação, mantém-se como um dos cinco maiores 'players' mundiais de preparados para a indústria alimentar, mas deixou de ser uma empresa familiar. Passou a ser detida a 100% pelo fundo de investimento francês Ardian.

**Ampliação concluída "no terceiro trimestre de 2021"**

Em entrevista à "Vida Económica" em janeiro último, o ainda CEO, João Miranda, explicava que "chegámos a um momento em que o que faz sentido à



Unidade industrial da Frulact em Kingston, Ontário, no leste do Canadá.

Frulact no estado em que está é fazer aquisições. Aquisições de negócios que já existam dentro dos ingredientes e que possam entrar no portefólio".

E é o que começa a suceder. Em finais de julho, a empresa adquiriu, sem revelar montantes financeiros, o portefólio de clientes da americana Sensient Technologies Corporation, o que também justifica agora o arranque da ampliação da fábrica do Canadá, que abastece aquele mercado.

"Esta expansão já estava pensada e,

**"Tempos tão extraordinários e imprevisíveis"**

A "Vida Económica" questionou o chairman sobre qual será a capacidade de produção total daquela fábrica, mas o gestor prefere "não divulgar a capacidade de produção das nossas unidades".

Em 2018, João Miranda referia que a ampliação permitirá atingir um volume de faturação nesta unidade de 28 milhões de euros em 2020 (registou 4,7 milhões em 2017 e previa atingir 15 milhões em 2018).

Questionado agora pela "Vida Económica", o gestor apenas diz que "a integração do portefólio de clientes e respetivos produtos que faziam parte da carteira da Sensient Technologies Corporation vai permitir-nos estender a operação comercial à região Centro-Oeste dos Estados Unidos, ampliando assim a nossa mancha de atuação e de influência no mercado norte-americano".

Aquando da inauguração da fábrica no Canadá, João Miranda mostrou uma certeza: a autorização de exportação para os EUA "foi decisiva" para o crescimento da empresa no mercado norteamericano,

E nem a pandemia da Covid-19 trava a expansão da Frulact. Ciente de que a crise pandémica está a "afetar negativamente todos os setores da economia e a sociedade em geral", João Miranda reconhece: "o nosso setor de atividade felizmente tem sido dos menos afetados".

E "em tempos tão extraordinários e imprevisíveis como os atuais", o novo investimento na unidade de Kingston que agora arranca assim como a aquisição do portefólio da Sensient "reforçam a dinâmica e o compromisso da Frulact, assumidos a seu tempo pela Ardian, com todos os seus stakeholders".

A Frulact faturou cerca de 115 milhões de euros em 2019 e emprega mais de 725 pessoas em Portugal, França, Marrocos, África do Sul e Canadá.

# Reposição da Electricidade Verde agrada aos agricultores

TERESA SILVEIRA  
teresasilveira@vidaeconomica.pt

Novas associações ligadas à produção agrícola emitiram uma posição conjunta mostrando “grande regozijo” pelo facto de, na alteração ao Orçamento de Estado para 2020, ter sido contemplada a reposição da Electricidade Verde.

A medida consta na Lei nº 27-A/2020, de 24 de julho, que veio alterar a Lei nº 2/2020, de 31 de março, e que prevê um reforço do orçamento do IFAP para assegurar a operacionalização do apoio aos custos com a eletricidade nas atividades de produção, armazenagem, conservação e comercialização de produtos agrícolas e pecuários, a atribuir a agricultores, produtores pecuários, cooperativas agrícolas e organizações de produtores.

Em entrevista publicada no suplemento “AgroVida” de maio, a ministra da Agricultura, questionada já nessa altura sobre esta pretensão do setor, tinha manifestado a intenção de conseguir esse apoio. “São medidas (...) que têm de ser estudadas como um todo para podermos ter respostas consentâneas com aquilo que é a capacidade do país de



dar resposta e, por outro lado, aquilo que são as necessidades dos agricultores”, disse a governante, acrescentando que “a nossa expectativa neste momento é de conseguir ir buscar o pagamento do gasóleo agrícola ao mercado para podermos também injetar mais rapidamente dinheiro e garantir a liquidez das empresas”.

## Energia: “um significativo encargo para os agricultores”

Os signatários desta posição conjunta fazem notar que “os custos relaciona-

dos com a energia representam para os agricultores portugueses e para as suas organizações de produtores um significativo encargo, que coloca em causa a sua competitividade económica face aos seus congéneres de outros Estados-membros”.

Se é verdade que, dizem, tem havido um “esforço” por parte dos produtores nacionais e das suas organizações no sentido de “usarem a energia de uma forma cada vez mais eficiente, recorrendo à tecnologia que existe no mercado”, certo é que “o custo com a energia continua a ser um encargo com muita

expressão”.

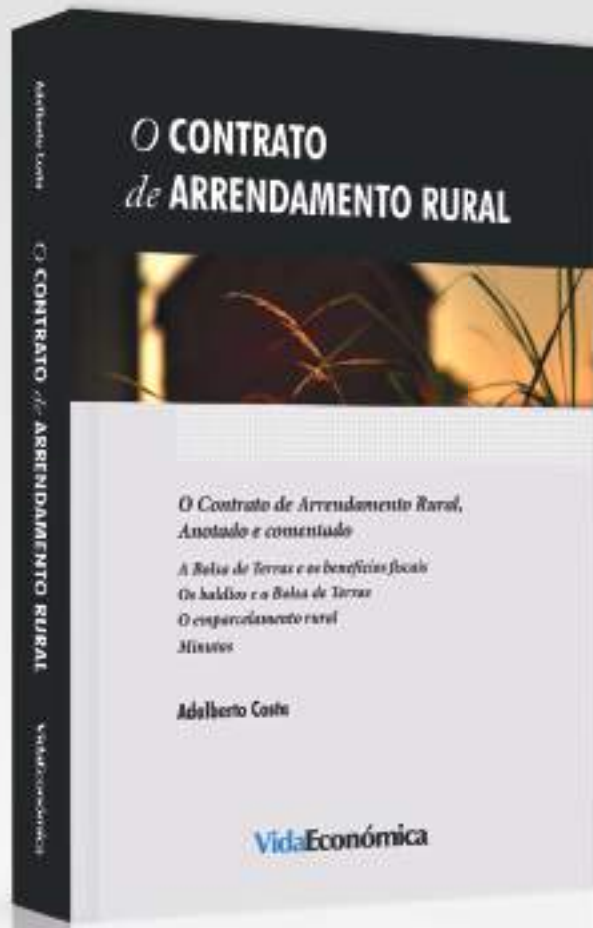
Daí considerarem que esta medida é “extremamente importante”, indo “de encontro às solicitações efetuadas nos últimos anos para que, à semelhança do que ocorre com os nossos congéneres espanhóis, seja reposto um apoio que já existiu no passado e que se revelou tão importante para a competitividade da nossa agricultura”.

Por outro lado, e numa altura em que “o país tem reconhecidamente aumentado em vários setores a sua vertente exportadora”, as associações consideram que a recuperação deste apoio “vai contribuir para uma maior dinâmica de mercado por parte dos agricultores e das suas organizações, que passam assim a ter uma maior capacidade negocial”.

O valor do apoio a conceder aos agricultores envolve os seguintes apoios: a) 20 % do valor da fatura para as explorações agrícolas até 50 hectares, ou explorações agropecuárias com até 80 cabeças normais; b) 10 % do valor da fatura para as explorações agrícolas com área superior a 50 hectares, explorações agropecuárias com mais de 80 cabeças normais e cooperativas e organizações de produtores.

Ficha Técnica: Edição e coordenação: Teresa Silveira | Email: teresasilveira@vidaeconomica.pt | Paginação: Célia César e Flávia Leitão | Periodicidade: Mensal

PUB



Título: O Contrato de Arrendamento Rural  
Autores: Adalberto Costa  
Nº de págs.: 528 | Preço: € 24

## O CONTRATO de ARRENDAMENTO RURAL

Anotado e comentado, inclui legislação complementar em que destacamos a Lei n.º 62/2012, de 10 de dezembro e a Lei n.º 63/2012, de 10 de dezembro (relativas à Bolsa Nacional de Terras) e ainda minutas, resenha de jurisprudência e tabela de correspondências.

### Temas abordados:

- A legislação Portuguesa e o Arrendamento Rural
- Os tipos de arrendamento
- O que mais interessa à execução do contrato
- Alterações à renda fixada no contrato
- O subarrendamento e as cedências contratuais
- A conservação e a beneficiação dos prédios rústicos
- O contrato de arrendamento rural e o fisco
- O procedimento para a atualização da renda

Pedidos para: **VidaEconómica** - R. Gonçalo Cristóvão, 14, r/c • 4000-263 PORTO  
Tel. 223 399 400 • E-mail encomendas: encomendas@vidaeconomica.pt

(recortar ou fotocopiar)

Nome \_\_\_\_\_ Nº Contribuinte [ ] [ ] [ ] [ ] [ ] [ ] [ ] [ ] [ ] [ ] [ ] [ ] [ ] [ ] [ ]

Morada \_\_\_\_\_

C. Postal [ ] [ ] [ ] [ ] [ ] [ ] - [ ] [ ] [ ] [ ] [ ] E-mail \_\_\_\_\_

Solicito o envio do livro **O CONTRATO DE ARRENDAMENTO RURAL**

Pago por transferência bancária para o IBAN PT50 0033 0000 45313889113 05 (é necessário enviar comprovativo)

Para o efeito envio cheque/vale nº \_\_\_\_\_, s/ o \_\_\_\_\_, no valor de € [ ] [ ] [ ] [ ] [ ] [ ] [ ] [ ] [ ] [ ]

Solicito envio de referência de multibanco para o email \_\_\_\_\_

Solicito o envio à cobrança. (Acrescem 4€ para despesas de envio e cobrança).

ASSINATURA \_\_\_\_\_

Autorizo que a Vida Económica Editorial S.A. trate e utilize os meus dados pessoais, constantes deste formulário, para efeito de ações de marketing e promoção de produtos, serviços, campanhas e eventos da Vida Económica Editorial S.A. Mais declaro ter sido informado que a qualquer momento poderei requerer o apagamento ou retificação dos meus dados pessoais, bem como opor-me a qualquer outra forma de tratamento desses dados, de acordo com a Política de Privacidade disponível em: http://www.vidaeconomica.pt/politica-de-privacidade.

Compre já em <http://livraria.vidaeconomica.pt>